

N.F. Nº - 233085.0013/20-0
NOTIFICADO - CORPO-MENTE LIVRARIA E PRODUTOS TERAPÊUTICOS LTDA.
NOTIFICANTE - PAULO SÉRGIO NEVES DA ROCHA
ORIGEM - DAT METRO / INFAZ VAREJO
PUBLICAÇÃO - INTERNET – 15/07/2025

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**ACÓRDÃO JJF Nº 0112-03/25NF-VD**

EMENTA: ICMS. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA PARCIAL. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DESTINADAS À COMERCIALIZAÇÃO. FALTA DE RECOLHIMENTO. É devido o imposto na entrada do território do estado da Bahia nas aquisições de mercadorias, provenientes de outras unidades da Federação, adquiridas com fins de comercialização. O Notificado traz aos autos provas capazes de ilidir parcialmente a exação originalmente lançada de ofício. Notificação Fiscal **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

A Notificação Fiscal lavrada em 14/06/2020, exige crédito tributário no valor de R\$ 11.048,64, acrescido da multa de 60%, em razão da Infração 01. 007.021.003. Falta de recolhimento do ICMS antecipação parcial, na condição de empresa optante pelo Regime do Simples Nacional, referente a aquisições de mercadorias, provenientes de outras unidades da Federação, adquiridas com fins de comercialização, nos meses de janeiro a março de 2020.

O Notificado apresenta Defesa às fls. 36 e 37. Pugna pela procedência parcial da Notificação Fiscal apontando e discriminando em planilha que acosta às fls. 36 e 37, divergências dos valores recolhidos.

O Autuante presta Informação fiscal, fls. 50 e 51, destacando que, analisando os documentos acostados aos autos pelo Defendente, constatou que lhe assiste razão parcial conforme ajustes que procedera, através do Sistema AUDIT, cuja exação restou reduzida para o montante de R\$ 6.873,88, conforme demonstrativo que acosta às fls. 52 a 54.

Em vista de não ter sido dado vistas ao Autuado do resultado de informação fiscal, essa 3ª JJF converteu os autos em diligência, fl. 64, para que fosse intimado e entregue cópia do teor da informação e do novo demonstrativo de débito.

O Defendente se manifesta às fls. 69 e 70, acerca da informação fiscal prestada pelo Autuante destacando que no novo demonstrativo de débito acostado às fls. 52 a 54, foram incluídas notas fiscais de aquisições de livros e revistas para as quais não é devida a antecipação parcial por se tratar de material que goza de imunidade tributária e juntou planilha à fl. 70, elencando e discriminando as referidas notas fiscais.

Em nova diligência determinada por essa 3ªJJF, fl. 92, foi solicitado ao Autuante que prestasse nova informação fiscal acerca da manifestação do Impugnante, às fls. 69 e 70.

O Autuante presta informação fiscal à fl. 94, verso, grafada manualmente assinalando que inexistente qualquer objeto de não incidência classificado como livros e revistas e que, por isso, não subsiste a contestação do Autuado que, inclusive não se desincumbiu de provar suas alegações.

O Impugnante, intimado a tomar ciência da informação fiscal, se manifesta às fls. 100 a 101, assinalando que colaciona às fls. 110 a 138, cópias das notas fiscais arroladas no levantamento fiscal e que constam aquisições de livros e revistas para comprovar suas alegações e pugna pela procedência parcial da autuação.

VOTO

De plano, consigno que, apesar de não ter sido arguida questão específica de nulidade, o presente lançamento foi efetuado de forma compreensível, foram indicados os dispositivos infringidos e a tipificação da multa aplicada relativamente às irregularidades apuradas, não foi constatada violação ao devido processo legal e a ampla defesa, sendo o imposto e sua base de cálculo apurados consoante os levantamentos e documentos acostados aos autos.

Em suma, do exame nas peças que constituem os autos resta evidenciado que o processo se afigura revestido das formalidades legais, e não se encontram presente os motivos elencados na legislação, inclusive os incisos I a IV, do art. 18, do RPAF-BA/99, que pudesse inquinar de nulidade o presente lançamento.

No mérito a Notificação Fiscal em lide versa sobre o cometimento de infração à legislação do ICMS, decorrente da falta de recolhimento do imposto por antecipação parcial, na condição de empresa optante do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de pequeno Porte - Simples Nacional, referente a aquisições de mercadorias proveniente de fora do Estado, conforme demonstrativo às fls. 08 a 29 e CD a fl. 30.

Na peça impugnativa, o Defendente protestou pela procedência parcial da Notificação Fiscal apontando e discriminando em planilha que acostou às fls. 36 e 37, divergências dos valores recolhidos.

O Autuante, depois de analisar os documentos acostados aos autos pelo Defendente, declarou que assiste razão parcial conforme ajustes que procedera, através do Sistema AUDIT, cuja exação restou reduzida para o montante de R\$ 6.873,88, conforme demonstrativo que colacionou às fls. 52 a 54.

O Defendente, mediante diligência, intimado a tomar ciência da informação fiscal, se manifestou às fls. 69 e 70, acerca da informação fiscal prestada pelo Autuante destacando que no novo demonstrativo de débito acostado às fls. 52 a 54, foram incluídas notas fiscais de aquisições de livros e revistas para as quais não é devida a antecipação parcial por se tratar de material que goza de imunidade tributária e juntou planilha à fl. 70, elencando e discriminando as referidas notas fiscais.

Em nova diligência determinada por essa 3ªJF, fl. 92, foi solicitado ao Autuante que prestasse nova informação fiscal acerca da manifestação do Impugnante, às fls. 69 e 70.

O Autuante informou à fl. 94, verso, grafada manualmente, assinalando que inexistia qualquer objeto de não incidência classificado como livros e revistas e que, por isso, não subsiste a contestação do Autuado que, inclusive não se desincumbiu de provar suas alegações.

O Impugnante, intimado a tomar ciência da informação fiscal, se manifestou às fls. 100 a 101, colacionando às fls. 110 a 138, cópias das notas fiscais arroladas no levantamento fiscal e que constam aquisições de livros e revistas para comprovar suas alegações e pugnou pela procedência parcial da autuação.

Ao examinar todos os elementos que constituem a acusação fiscal e as peças que emergiram do contraditório, constato que, no demonstrativo de apuração e de débito refeito pelo Autuante ao proceder a informação fiscal, de fato, foram incluídas notas fiscais de aquisição de livros e revistas, como alegado e comprovado pelo Impugnante.

Ao compulsar a relação e discriminação de notas fiscais carreada aos autos pelo Impugnante à fl. 70, e confrontar com as cópias de notas fiscais acostadas às fls. 110 a 138, verifico que as Notas Fiscais de nºs 67.943, 11.636, 27.900, 6.642, 58.693, 1.009, 419.510, 1.858, 59.198, 28.645, 68.618 e 424.757, arroladas no levantamento fiscal ajustado pelo Autuante correspondem efetivamente a

aquisições de livros e revista.

A matéria objeto da autuação se encontra disciplinada no art. 12-A, da lei nº 7.014/96, que assim dispõe:

“Art. 12-A. Nas aquisições interestaduais de mercadorias para fins de comercialização, será exigida antecipação parcial do imposto, a ser efetuada pelo próprio adquirente independentemente do regime de apuração adotado, mediante a aplicação da alíquota interna sobre a base de cálculo prevista no inciso II do art. 23, deduzido o valor do imposto destacado no documento fiscal de aquisição.”

Impende salientar que, especificamente em relação aos itens livros e revistas a CF/88 instituiu imunidade, *in verbis*:

“Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

[...]

VI - instituir impostos sobre: [\(Vide Emenda Constitucional nº 3, de 1993\)](#)

[...]

d) livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.”

Por isso, promovi e exclusão das operações atinentes a aquisições de livros e revistas arrolados no levantamento fiscal ajustado pelo Autuante às fls. 52 a 54, constantes das notas fiscais supramencionadas que resultou na redução da exigência fiscal para o montante de R\$ 825,16.

Pelo expendido, concluo pela subsistência parcial da autuação nos termos a seguir discriminados.

DEMONSTRATIVO COMPARATIVO AUTO DE INFRAÇÃO x JULGAMENTO

Data da Ocorr.	AUTO DE INFRAÇÃO	INFORMAÇÃO FISCAL	JULGAMENTO	MULTA	DECISÃO
31/01/20	2.557,86	2.211,47	309,13	60%	PROC. EM PARTE
29/02/20	7.097,21	2.953,22	204,38	60%	PROC. EM PARTE
31/03/20	1.393,57	1.709,19	311,65	60%	PROC. EM PARTE
TOTAIS	11.048,64	6.873,88	825,16		

Ante ao exposto, voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL da Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, em instância ÚNICA, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** a Notificação Fiscal nº **233085.0013/20-0**, lavrado contra **CORPO-MENTE LIVRARIA E PRODUTOS TERAPÊUTICOS LTDA.**, devendo ser intimado o Notificado, para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 825,16**, acrescido da multa de 60%, prevista na alínea “d”, do inciso II, do art. 42, da Lei nº 7.014/96 e dos acréscimos legais.

Sala virtual das Sessões do CONSEF, 05 de junho de 2025.

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA - PRESIDENTE

JOSÉ FRANKLIN FONTES REIS - RELATOR

ALEXANDRINA NATÁLIA BISPO DOS SANTOS – JULGADORA